

Operação Tornado no tribunal

Julgamento dos acusados pelo Massacre da Estrutural começa hoje

Começa hoje o julgamento dos 12 acusados de participação nos crimes que ficaram conhecidos como "Massacre da Estrutural", ocorridos em 1998. A partir das 14h, no plenário do Tribunal de Justiça do DF, será realizada a primeira sessão, sob o comando da presidente do Tribunal do Júri, juíza Sandra de Santis.

No dia 8 de agosto daquele ano, dois moradores da Invasão da Estrutural, Luciano Pires de Aquino e Mendes Sá, foram seqüestrados por homens encapuzados durante a realização da Operação Tornado, que ocorria simultaneamente em outras cidades do DF. Os dois foram encontrados mortos.

As vítimas eram suspeitas de terem assassinado o soldado da Polícia Militar (PM), Rubens de Faria, dias antes. No inquérito, instaurado pela Polícia Civil, o delegado José Reis dos Santos, concluiu que a execução dos invasores seria uma vingança orquestrada por colegas de farda.

Dentre os principais acusados estão o então comandante da PM no governo de Cristovam Buarque, Daniel de Souza Pinto

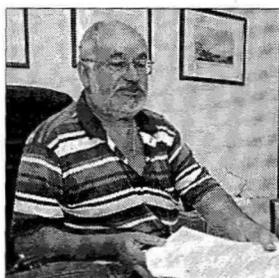
Júnior; o major Luiz Henrique Fonseca Teixeira, que comandou a Operação Tornado na Estrutural; e o major Wolney Rodrigues da Silva, então administrador militar da invasão.

A defesa do coronel Souza Pinto alega que as ordens para a realização da ação policial foram dadas por superiores, por isso ele não pode ser responsabilizado pelo caso. Uma das estrat

tégias da defesa será alegar que tanto o então secretário de Segurança Pública, Roberto Aguiar, como o governador Cristovam Buarque, sabiam da operação.

Ninguém do alto escalão do governo foi responsabilizado. "Existem documentos e testemunhos que demonstram o contrário", diz o advogado do coronel, Lauro de Nadai da Silva.

Além dos assassinatos, outros abusos foram relatados à época do massacre. Vários moradores denunciaram agressões e lesões corporais, no entanto, os crimes já estão prescritos e não mais podem ser julgados. A acusação dos envolvidos ficará a cargo do promotor de Justiça, Maurício Miranda, que fez a denúncia à Justiça.



"O alto escalão do GDF sabia da operação. Há documentos e testemunhos demonstrando isso"

Lauro de Nadai
Advogado de dois policiais militares envolvidos no caso



No dia seguinte à operação, ainda era tenso o clima entre policiais e moradores da invasão

GERALDO MAGELA 07.8.98

Defesa diz que foi cerceada

O advogado Lauro de Nadai da Silva, responsável pela defesa do coronel Daniel de Souza Pinto Júnior e do soldado da Polícia Militar Eduardo Araújo de Oliveira alega que seus clientes tiveram o direito de defesa cerceado. Por diversas vezes, segundo ele, o acesso dele ao volumoso processo foi dificultado. Na semana passada, as cópias do processo só foram conseguidas após ele conseguir um mandato de busca e apreensão dos documentos que estavam com a Justiça.

Durante o julgamento, o advogado vai basear a defesa afirmando que não houve operação simulada, conforme afirmou o Ministério Público, porque a Operação Tornado ocorreu, à época, em todo o Distrito Federal.

Além disso, Nadai descredita a denúncia afirmando que não foi determinado o crime de seu cliente. "Não há provas de que Souza Pinto tenha participado do ato".

A estratégia da defesa será alegar que os militares estavam na Invasão da Estrutural apenas para cumprir ordens superiores que foram dadas pelo alto escalão do governo do DF à época. Para ele, todos os envolvidos, desde o então governador Cristovam Buarque, passando pelo secretário de Segurança do DF, Roberto Aguiar, deveriam ser denunciados pelos crimes.

Em entrevista concedida à imprensa, no ano passado, após ser indiciado no inquérito instaurado pela Polícia Civil, Souza Pinto afirmou ter apenas cumprido ordens superiores no dia do crime.

OS ACUSADOS

- Coronel Souza Pinto
- Major Henrique Fonseca Teixeira
- Major Wolney Rodrigues da Silva
- Tenente Alexandre Nogueira Martins
- Tenente Carlos Chagas de Alencar
- Tenente Rodrigo Moreira de Souza
- Sargento Cássio Marinho
- Cabo Antônio da Costa Veloso
- Cabo Márcio Serra Freixo
- Soldado Eduardo Araújo de Oliveira
- Soldado Francisco Alves de Lima
- Soldado Vangelista Pereira de Souza

OS CAMINHOS DO INQUÉRITO

A Delegacia de Homicídios concluiu o inquérito e o encaminhou à Justiça dia 27 de março de 2002. Na apuração ela conclui que a Operação Tornado foi desvirtuada, servindo para vingar o assassinato do soldado Rubens Gomes de Faria. Doze militares são indiciados. Surpreendido, um dos indiciados, o coronel Souza Pinto revelou que cumpria ordens superiores. Na época ele era comandante de Policiamento e mais tarde assumiu o comando-geral da PM a convite do então governador, Cristovam Buarque. Segundo Souza Pinto, o então secretário de Segurança Pública, Roberto Aguiar, tinha conhecimento da Operação Tornado, tanto que a acompanhou.

O advogado dos oficiais, Lauro De Nadai, informa que vai pedir os depoimentos do ex-secretário de Segurança, Roberto Aguiar, e do ex-governador, Cristovam Buarque. Acha a medida fundamental para esclarecer de quem partiu a ordem. Uma análise do processo levou à descoberta de que policiais à paisana fizeram levantamento na invasão, o que reforça a tese de crime premeditado. Moradores da Estrutural espancados na noite do massacre concordam com a tese do coronel Souza Pinto de que a ordem partiu "de cima".